recurso extraordinário para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos contra a colecta que lhe foi lançada na matriz industrial de 1913, no 3.º bairro, como vendedora de automóveis, na Rua do Actor Taborda, 24, alegando que, pelo seu estabelecimento na indicada sede, na qual vende por atacado os artigos do seu comércio, paga a correspondente contribuição que lhe é lançada pelo 2.º bairro, não exercendo outro qualquer negócio ou indústria nalgum outro bairro da cidade;

Que, se em tempo intentou explorar a indústria do venda de automóveis, tendo para isso comprado dois, de tal intento desistira, ficando com os ditos automóveis para seu uso particular e serviço do seu estabelecimento comercial, não tendo nunca exercido a indústria pela qual foi indevidamente colectado;

Que, não obstante ter pretendido vender um dos carros, não chegou a realizar essa venda;

Que nem, tam pouco, vendeu algum automóvel por conta alheia; e

Que os dois que comprou são os únicos que possui para o indicado fim, e que sempre recolheu na dita Rua do Actor Taborda, e juntando rol de testemunhas, que foram inquiridas (documento de fl. . . .);

Tendo o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, conformado-se com a informação do inspector de finanças e ouvido o juiz auditor, negado provimento no recurso, com fundamento em que o recorrente tinha exercido a indústria por que fôra colectado e que, dadas as circunstâncias que alega, devera ter presumido a sua inscrição na matriz do 2.º bairro;

Desta deliberação recorre para este Tribunal com as alegações finais;

O que visto, o mais dos autos, ouvido o Ministério Público, sendo as partes legítimas e o recurso interposto em tempo;

Considerando que nos autos não há elemento algum de prova que invalide a informação oficial de fl. 17;

Hei por bem, sobre proposta do Ministro das Finanças e conformando-me com a mesma consulta, decretar o provimento do recurso.

O Ministro das Finanças assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 19 de Janeiro de 1915.—*Manuel de Arriaga—Álvaro de Castro.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica

DECRETO N.º 1:284

Em consequência do estado de guerra nalgumas nações tem aumentado os encargos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo sido por esse motivo abertos dois créditos extraordinários de 20.000\$ e de 120.000\$ por decretos n.ºs 765 e 955, publicados em 18 de Agosto e 16 de Outubro últimos, com applicação a determinadas despesas.

Torna-se, porém, indispensável reforçar algumas verbas do orçamento ordinário, em que a liquidação é mais elevada do que a previsão, especialmente por ser mais frequente a correspondência official por via telegráfica, por estarem aumentadas de 25 a 30 por cento as tarifas de viagens marítimas e por outros encargos de relações internacionais e de representação.

Nestes termos, usando da autorização concedida ao Poder Executivo pelo artigo 35.º da lei de 9 de Setembro de 1908, e atendendo ao artigo 6.º da lei de 29 de Abril de 1913:

Hei por bem decretar, em vista do que foi representado em Conselho de Ministros, e ouvido o Conselho Su-

perior da Administração Financeira do Estado, que no Ministério das Finanças seja aberto, a favor do Ministério dos Negócios Estrangeiros, um crédito extraordinário de 54.000\$, quantia que será distribuída pelos seguintes artigos do referido orçamento, reforçando as autorizações das respectivas rubricas, segundo a liquidação justificada: Capitulo 2.º, artigo 4.º, material e diversas despesas, 17.000\$; artigo 9.º, abonos variáveis do serviço diplomático, 18.000\$, e artigo 16.º, abonos variáveis do serviço consular, 19.000\$.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 19 de Janeiro de 1915.—*Manuel de Arriaga—Vitor Hugo de Azevedo Coutinho—Alexandre Braga—José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães—Álvaro de Castro—Joaquim Basilio Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro—Augusto Soares—Eduardo Alberto Lima Basto—Alfredo Rodrigues Gaspar—Frederico António Ferreira de Simas.*

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

1.ª Repartição de Instrução Primária e Normal

LEI N.º 293

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º São applicáveis à distribuição da verba de 175.400\$ as disposições constantes dos artigos 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º da lei n.º 264, de 23 de Julho de 1914.

Art. 2.º O Ministério de Instrução Pública fará depositar imediatamente na Caixa Geral de Depósitos, e à ordem dos corpos, corporações administrativas e entidades por que forem distribuídas, a quantia de 175.400\$ destinada a subsidios para construções escolares.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros do Interior, Finanças e Instrução Pública, a façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicada em 19 de Janeiro de 1915.—*Manuel de Arriaga—Alexandre Braga—Álvaro de Castro—Frederico António Ferreira de Simas.*

Repartição de Instrução Agrícola

DECRETO N.º 1:285

Atendendo ao que me representou o director do Instituto Superior de Agronomia, em harmonia com o parecer do Conselho Escolar do mesmo Instituto, expondo a conveniência que resulta para o ensino serem alteradas as disposições dos artigos 53.º e seus parágrafos e 160.º n.º 5.º do decreto regulamentar de 16 de Setembro de 1914, respectivamente, sob a avaliação de aproveitamento dos alunos pelo processo de repetições orais; e na parte que se refere aos serviços dos preparadores em períodos de férias;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa; e

Sob proposta do Ministro de Instrução Pública:

Hei por bem decretar que sejam rectificadas os artigos acima mencionados, passando a ter a seguinte redacção:

Artigo 53.º A média do aproveitamento dos alunos para admissão a exame final obtêm-se:

1.º Pela média, no mínimo, de duas lições ou repetições orais a que o aluno obrigatoriamente deve ser chamado;

2.º Pela nota correspondente à aptidão prática do aluno.

§ único. Só serão admitidos a exame final os alunos